

MESA I – AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DOS CONFLITOS NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Robson Formica - Representante do Movimento de Atingidos por Barragens do Paraná.

Eu vou falar sobre questões que o Movimento [dos Atingidos por Barragens] tem discutido, tem se pautado. E tentar fazer uma relação com o tema proposto para a mesa¹ de hoje, sobre as dimensões dos conflitos nesse contexto. Eu vou recuperar o histórico da trajetória do Movimento e nisso também, vão se colocando alguns dos elementos, como é que esses conflitos vão se manifestando e como é que a dinâmica do processo de resistência e de luta, enquanto movimento social vai se apurando nesse processo. Eu sou da Coordenação Nacional e Estadual do Movimento de Atingidos por Barragens, esse é um ano especial, enquanto organização nacional, já que o movimento completou 20 anos em março, mas a história de luta e de resistência das populações atingidas é anterior, bem anterior à organização do Movimento de Atingidos por Barragens.

Ela começa a ganhar uma visibilidade maior no final, já em meados dos anos de 1970, com o processo de construção das grandes hidrelétricas, muito dentro de uma estratégia do governo militar, de construção de grandes obras, do Brasil potência, do Brasil grande, onde estas obras eram sinônimos do progresso, do desenvolvimento, e de uma necessidade de afirmação do Brasil com essa perspectiva e nessa lógica. Nessa dinâmica difícil, porque eram momentos duros da luta social, algumas manifestações iam começando a se organizar de forma regionalizada. No início então, na região Sul, as comissões regionais de atingidos por barragens, no norte do Rio Grande do Sul; aqui no Oeste do Paraná também, com Itaipu; no Norte, com o Tucuruí; no Nordeste o polo sindical; no Sudeste do São Francisco, e uma série de outros espaços. E que vão buscando criar algum espaço de resistência e de luta, no início, com um caráter muito mais sindical, no sentido de tentar garantir algumas condições materiais e econômicas para as famílias que eram aleatoriamente desalojadas dos seus espaços de vivência, de seus territórios.

Isso avança com os anos de 1980, é um momento já no final dos anos de 1970, que tem todo um contexto histórico que vai permitindo o surgimento de atores sociais que estavam invisibilizados em função do regime militar. Também pelas condições sociais e

¹ “As múltiplas dimensões dos conflitos na sociedade do capital”.

históricas desse momento, como as greves operárias do ABC e de outras regiões; as lutas sindicais que começam a aparecer, especialmente na cidade, mas que vão para o campo, com pressões sindicais, articulação de centrais de trabalhadores e sindicais também até o surgimento dos movimentos sociais de forma mais articulada, nos anos de 1980, nessa onda do processo de abertura e de redemocratização política do país.

Então, essas comissões regionais começam a perceber que há um problema que não é apenas um problema localizado, regionalizado ou de uma natureza específica. É um problema que tem uma lógica que segue um ordenamento político, uma intencionalidade e que então, de certa forma, força esses sujeitos que estão nessas regiões, nessas articulações, nessas frentes – que eram uma característica desses períodos anteriores – a se organizar em um espaço, em uma organização de caráter nacional, com unidade política, unidade de ação, unidade de pauta. Dando uma característica um pouco mais homogênea, levando em conta claro, todas as diferentes peculiaridades regionais que temos no país, mas é um pouco esse o contexto e rapidamente, é um pouco como é que vai se organizando esse processo.

Especialmente no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, também em função desse ambiente social, histórico que o país vive, é o momento no qual se consegue avançar nessas lutas sociais e com importantes resultados. O resultado da luta se materializa em ganhos econômicos, sociais, materiais, concretos, em importantes vitórias. Isso também provoca as utopias e um projeto político mais estratégico de ruptura com essa sociedade que se apresentava e que continua.

Mas, é a partir dos anos de 1990, com essa reestruturação produtiva e, mais precisamente, no começo dessa década com a implementação das políticas neoliberais, todo o movimento dos trabalhadores, seja ele, o movimento social, o movimento sindical ou de outras formas de organização começam a enfrentar grandes dificuldades em todo ponto de vista da resistência, e mesmo têm dificuldades de avançar naquele acúmulo de conquistas que vinham conseguindo a partir do processo de redemocratização do país.

Na questão da energia e na questão dos atingidos por barragens, há um processo de privatização do setor elétrico que vai colocar desafios e limites, dificuldades extremamente complicadas de resolver, desde o ponto de vista das garantias dos direitos destas populações. Esse processo todo força ao Movimento a pensar e perceber a dimensão da energia de uma forma um pouco mais ampliada, não apenas como o direito das populações atingidas pela formação dos lagos das hidrelétricas, mas começa a provocar e a desafiar esse processo de organização de luta dos atingidos e a tentar compreender em

que lógica essa questão está inserida, a discussão sobre a questão das hidrelétricas e sobre o modelo energético.

Essa questão das hidrelétricas, como é que elas se articulam com um projeto maior de sociedade, esse processo da privatização do setor elétrico e de outros setores e da retirada de direitos, de conquistas de direitos da classe trabalhadora brasileira, do espaço sindical e do movimento social também. Isso também combinado com uma série de dificuldades que a luta social dos atingidos encontrava e sérios limites para a garantia dos direitos fundamentais dessas populações que eram atingidas. Já em fins dos anos de 1990 e início dos anos 2000, esse processo encontra o seu momento mais duro, de resistência, dessas lutas e dessas articulações. Da possibilidade de se obter mais resistência e vitórias políticas, tanto enquanto bandeiras relativas às estratégias como bandeiras de reivindicação de uma pauta sindical, coisas nesse sentido. Com a entrada nos anos 2000 observamos um processo mais recente de crise que não é uma crise recente, mas atualmente mais explícita. É uma crise já de mais de 30 anos, uma crise longa, que dentro desse processo longo de crise às vezes se acentua mais e às vezes é menos evidente, digamos assim. Mas se faz presente mais constantemente e de forma mais aprofundada.

Vendo essa caminhada histórica do movimento, não só a do MAB, mas o movimento todo de resistência, de luta e que se forjou no Brasil, percebe-se que há relações muito próximas entre o projeto que se quer dizer de desenvolvimento na época da ditadura do Brasil Potência e esse que está em curso agora da era Lula. É esse projeto do Brasil desenvolvido baseado nas obras dos grandes empreendimentos. Também começa a se observar que esse processo todo está articulado dentro de uma lógica de movimentação do capital em nível internacional, não considerando nem colocando em questão como isso vai servir para a sociedade brasileira ou não. São determinações que vêm de fora e aqui dentro ganham legitimidade pelo refinamento do discurso que justifica esse tipo de empreendimento, esse tipo de projeto.

As grandes obras desses últimos dez anos se expressam no país com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e na América do Sul através da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. É um jogo que se complementa e que se propõe para América Latina com o seu papel histórico de provedor de condições materiais e naturais para dar continuidade ao capitalismo, especialmente neste momento de crise. Porque o capital não vai se autodestruir, vai buscar formas de encontrar a superação da crise que é gerada e pertence ao próprio capital. E nesse cenário, e que não é um cenário de agora, a América Latina tem como papel nesse cenário internacional,

garantir, aumentar e intensificar a exploração por essas bases materiais que são extremamente importantes para a lógica, para a continuidade da lógica de reprodução do capital.

Aqui entra a energia como uma questão fundamental e determinante pra isto, já que é o sangue do sistema, pois sem a questão da energia não há como dar continuidade à reprodução, porque o sistema se trava. É na América Latina que se busca a extração dessas bases materiais energéticas que estão sendo disputadas nesses lugares, nesses territórios entre os capitalistas para aumentar as taxas de lucro e permitir a reprodução do capital. Nesse cenário, o Brasil aparece então, como um potencial extremamente vantajoso do ponto de vista da produção de energia elétrica. Não por acaso, uma quantidade enorme de empresas nos anos de 1970 foram fechadas nos países centrais, especialmente de Europa central e o Japão para virem a ocupar os nossos territórios. Assim, hoje a gente começa a observar que há uma forte tendência de instalar plantas industriais com grandes demandas por energia nos nossos territórios, como o território amazônico e no entorno desse. É nesse contexto que o movimento vem tentando reconstruir e construir, de uma forma nova, a resistência a esses processos e a esses conflitos que se estabelecem.

Hoje é o que o próprio Giuseppe [Cocco] colocava, como a questão de Belo Monte, isto é um espaço onde o conflito antes mesmo de ser anunciada a obra, já estava deflagrado. As contradições, os problemas, as angústias, as implicações, e as consequências que isso provoca já são pré-construção do empreendimento. A gente tem citações onde a iminência da possibilidade de construção de projetos hidrelétricos está colocada há 15 ou 20 anos, então a dimensão do conflito, embora seja também pela terra, pelo espaço, pela água, pelos rios e também pela energia; tem uma dimensão simbólica, cultural, não material, que é proporcional ou até maior aos conflitos e às disputas materiais.

Esse processo tem causado nos últimos 30 a 40 anos a negação de direitos para, pelo menos, 1.300.000 pessoas no Brasil, considerando todos os empreendimentos construídos. Essa lógica que vinha do modelo militar do país grande, das grandes obras, do país desenvolvido, do país com crescimento e que, por outro lado, nesse período de ditadura tinha todo o processo de negação de direitos, se coloca neste novo tempo praticamente com as mesmas premissas, do desenvolvimento, da necessidade do crescimento, da modernização, das grandes obras como expressão de um país grande e desenvolvido. Mas se imaginava que esse novo momento poderia ter, do ponto de vista da garantia de direitos das populações que viviam esse processo, o reconhecimento das condições mínimas para a dignidade humana.

Porém isso não é possível e não há nenhuma perspectiva de que haja essa perspectiva social. Porque o que está colocado é o papel de Estado de garantir condições jurídicas, legais, regulatórias e financeiras, para efetivação e para garantia de que esses empreendimentos efetivamente se concretizem. O Estado como um braço, como sempre foi, mas que se acentua cada vez mais, para execução daquilo que é de interesse do grande capital seja nacional – ou nacional entre aspas –, ou transnacional – empresas estrangeiras ou empresas nacionais com inserção fora. E ainda o Brasil expande os seus tentáculos a outros países vizinhos, no caso da questão energética, com empreendimentos no Peru, na Bolívia, na Colômbia, na América Central; sem falar na questão dos agrocombustíveis, que também tem toda uma política voltada nesse sentido. E a materialidade mais acentuada desses conflitos tem sido a construção de espaços de resistência a isso. Nesses espaços se discute qual padrão tecnológico adotar, nessa lógica das alternativas.

E, provocando um pouco, sobre o que o professor Jorge [Montenegro] colocou, há um esforço bastante articulado dos setores do capital, das grandes transnacionais, de buscar nos vender a ideia de que é possível encontrar alternativas e soluções, principalmente do ponto de vista ambiental, dentro desse modelo; o que pra nós é desde o nosso ponto de vista impossível, não há espaço para isso.

A lógica da sustentabilidade ambiental combinada com uma lógica de acumulação cada vez maior – esta última, necessária para superar a crise atual tão profunda do capital –, é incompatível. Só podemos construir modelos ou parâmetros alternativos de produção e de outras variáveis, como a questão energética, se nós pensarmos uma alternativa radicalmente oposta ao modelo de organização da sociedade na qual estamos inseridos neste momento. É necessária uma ruptura e uma alternativa radical no sentido da reprodução da vida material dos seres que esteja descolada dos padrões tecnológicos atuais de produção energética, como o petróleo e, inclusive as Usinas Hidrelétricas ou mesmo as pequenas centrais hidrelétricas que aparentam ser um problema menor, aceitável, digamos assim. Para nós, esse modelo não cabe, porque a lógica pela qual estas alternativas estão sendo apresentadas para o conjunto da sociedade, vem atender a uma mesma lógica de reprodução desse modelo de sociedade. Do ponto de vista ambiental e social isso é extremamente discutível, além dessas questões relacionadas, por exemplo, com os parques eólicos o que se questiona é a lógica de produção e apropriação dessa energia.

A gente vê hoje aquele Eike Batista que é a figura mais poderosa do ponto de vista econômico começando a atuar no setor da produção de energia eólica. Isso é vendido

através do discurso da solução ambiental, mas não é outra coisa que tornar este sujeito no sujeito mais rico do mundo, concentrador de poder econômico.

Ou a energia solar de um tempo atrás, por exemplo. Saíram alguns dados que indicavam que havia os jovens se tornando os maiores bilionários do mundo antes dos 23 anos vendendo essa energia (eu infelizmente passei já, não posso mais ser um jovem bilionário). A questão é que aliado da concentração da renda e do poder econômico há um falso discurso de solução para os problemas ambientais em um cenário de crise que mais do que resolver intensifica a crise ambiental.

Por isso, o Movimento tem discutido que um novo modelo energético, uma nova matriz energética estão coladas a um questionamento sobre o modelo, a necessidade de outro padrão de sociedade, uma sociedade diferente desta que a gente tem. Isto porque a compreensão que nós temos da questão, não somente da energia elétrica, mas a questão energética como um todo, é que a energia não pode ser considerada como uma mercadoria. Como a energia hoje é uma das questões colocadas como fundamental para a reprodução da vida, como o alimento; não pode ser considerada como uma mera mercadoria ou mais uma mercadoria. Se assim for concebida, ela vai se submeter, vai condicionar a esses sujeitos que estão submetidos a uma lógica de mercantilização também sejam estes sujeitos, as populações diretamente impactadas pelas construções das grandes hidrelétricas ou, o conjunto da população que paga pela energia transformada em mercadoria. Dito seja, o Brasil tem uma das tarifas de energia elétrica mais cara do mundo produzida, do ponto de vista econômico, sob uma das matrizes mais baratas, que é a energia hidrelétrica.

Sobre este viés é que nós temos discutido o modelo de desenvolvimento. Esta discussão que está colocada em falsas saídas que tentam nos apresentar. O nosso esforço é construir com o conjunto dos trabalhadores, pelos camponeses, comunidades tradicionais, povos indígenas; por todos estes sujeitos impactados e também pelo espaço do mundo do trabalho formal, digamos assim, pelos sindicatos, por esses espaços mais tradicionais de organização dos trabalhadores, uma nova sociedade e, a partir dela, um novo modelo energético tendo em vista a superação desta crise, da crise do sistema, em uma dimensão que supere o modelo de organização social capitalista. Construir um modelo que sirva a todos, que defenda as riquezas e os bens naturais que essas comunidades todas e os trabalhadores usamos como a água, as florestas, a energia, os minérios; que permita a vitória dos trabalhadores nessa ofensiva que o capital internacional e as grandes transnacionais nos colocam.

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior - CEGeT/UNESP/Presidente Prudente

Muito bem, eu tenho me habituado a falar primeiro. E fui me acostumando com esse ritmo, só que agora estou numa situação bastante complicada, falar em coisas depois de duas intervenções tão importantes, tão interessantes. Enfim eu vou tentar garantir aqui com vocês um roteiro que preparei - imaginando que conheço uma boa parte do nosso público - que a gente pudesse então demarcar algumas questões que, no meu julgamento, são essenciais, são estruturantes para que a gente possa pensar a questão chamativa da mesa: "As múltiplas dimensões dos conflitos da sociedade do capital". Efetivamente, essa formulação nos ilumina a fazer das nossas pesquisas uma busca constante rumo ao entendimento dos conflitos territoriais de classe. E o nosso objetivo é entender os conflitos, fazer com que o nosso entendimento a respeito dos conflitos territoriais possa estreitar ainda mais o nosso diálogo com a sociedade organizada, com os trabalhadores, com os movimentos sociais.

É importante frisar isso, por que esse é o nosso compromisso. As pesquisas que nós fazemos, com todos os problemas, limitações, possíveis equívocos, explicitam nossas preocupações em continuar apostando nesse diálogo com os movimentos sociais, de maneira geral. Eu vou apontar algumas questões teóricas, mas sempre com as atenções voltadas para incentivá-los ao diálogo, ao debate. Quero somar, então, por conta disso, aos meus colegas que me antecederam professor [Giussepe] Coco e o Robson [Formica], de tal maneira a fazer com que numa segunda parte da minha intervenção eu utilize de algumas fotos para ilustrar um pouco os principais e os conflitos mais marcantes que a gente tem vivenciado nesses últimos anos.

Eu assumi a questão central que a XII Segunda Jornada do Trabalho apresentou para essa mesa como sendo essencial para discutir aqui com vocês. Bem, tornar visível ou dar visibilidade aos conflitos, ou seja, a gente conhecê-los - porque muitas vezes os conflitos são invisíveis para nós - é um divisor de águas na Geografia do trabalho. Muitas vezes, nós não temos condições de enxergá-los, podemos até vê-los. Os conflitos têm diferentes vetores, diferentes manifestações e expressões. É recorrente na minha avaliação identificar as transversalidades que os envolve, quais são as ações motoras dos conflitos, alguns deles com mais ou com menos clareza, por dentro dessas transversalidades. Então, por exemplo, os elementos mediadores gênero, raça, etnia, classe, trabalhadores migrantes, são fundamentais para as devidas aproximações. Vejamos, eu acabo de retornar de uma atividade de campo, muito interessante, que realizei no final de maio de 2011, no

Maranhão, Piauí e no Ceará, nos principais corredores migratórios de trabalhadores, sobretudo, de homens que se deslocam dessas áreas para se engajar no processo de corte da cana-de-açúcar no Centro-Sul, em particular no Oeste de São Paulo. Pude perceber quantos conflitos, quantas expressões de conflitos ocorrem somente no âmbito do processo migratório de trabalhadores. E esses conflitos são invisíveis, não se tornam invisíveis. Então, eu estou falando para pesquisadores, querendo motivá-los, a fim de que efetivamente possamos fazer das nossas pesquisas, instrumentos críticos de entendimento do processo destrutivo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Para tanto, é necessário enfatizar que é necessário que criemos mecanismos específicos, particulares para cada um dos nossos projetos, mas que estejam efetivamente inclinados a nos ajudar a entender os conflitos, já que é loucura pensar que poderíamos apresentar um roteiro teórico de como a gente deve chegar nos conflitos, com procedimentos pré-estabelecidos, fixados a determinados paradigmas etc. Por isso, é cada vez mais presente nas pesquisas que eu tenho feito e nas pesquisas que vários de vocês estão fazendo – e que eu felizmente tenho tido a oportunidade de orientar, de coordenar, de participar e de ser leitor privilegiado –, que nos motiva, crescentemente, à busca de referenciais teóricos renovados, capazes de nos possibilitar entender a contemporaneidade da realidade do trabalho. É fazer com que os nossos projetos de pesquisa estejam afinados, a nos levar aos conflitos, a identificá-los à sociedade. Quais são os segmentos sociais envolvidos? Conseguimos identificá-los desde o ponto de vista da estrutura das classes sociais? Porque eu não tenho dúvida, os conflitos não são extemporâneos, não ocorrem aleatoriamente, ao contrário, estão vinculados e encimados num processo social com grande amplitude e que revela diferentes facetas, arranjos e rearranjos da luta de classe; acho que esse é o principal argumento que eu poderia inicialmente apresentar para vocês.

Então, nós temos formas e formatos que acrescentam e incentivam a dinâmica territorial da sociedade considerando os conflitos. Por conta dessa ideia, querer separar ou distanciar os conflitos do movimento da sociedade é apostar no vazio. Essa aproximação é extremamente necessária e imprescindível. Não dá para falar dos conflitos, como se os conflitos fossem uma entidade à parte da sociedade. E eu quero delinear com vocês algumas preocupações que, creio, devem contemplar de forma marcante a maioria dos projetos das nossas iniciativas de pesquisas de diferentes níveis, seja na Graduação, seja na Pós-Graduação, que têm a ver diretamente com as formas de uso, aceso e permanência à terra e à água. A terra e a água são dois elementos que interfaceiam a grande parte dos estudos que nós desenvolvemos. Falando, então, de terra e de água podemos pormenorizar

o que poderíamos compreender como controle social. Por exemplo, dizer algo sobre manipulação de genoma, direito de propriedade intelectual, propriedade dos meios de produção, ambiente material e imaterial, requer que decifremos o que envolve tudo isso? O sistema produtivo, as formas produtivas, as formas improdutivas, a vida dentro e fora do trabalho. Então veja, nós não estamos falando de qualquer coisa; estamos falando de um conjunto de situações, de formatos de diferentes expressões da sociedade que se expressam e que se multiplicam, e que essas diferentes facetas não ganham conexão. A gente muitas vezes não consegue enxergar a trama que dá a liga para essas diferentes situações. Então, são as pesquisas que efetivamente podem nos permitir construir essas ligas, dar sentido às tramas, poderemos enxergar a urdidura. Com tudo isso, penso que nós poderíamos estar trazendo para o nosso universo intelectual como pesquisadores que somos, elementos, conceitos, muitos aprendizados, e estender mais o nossos conhecimentos para os outros e também chegar a outros colegas para aprender com eles. Acho que essa é uma ruptura importante que nós temos que fazer também e com isso nós poderíamos nos aproximar desses novos tecidos sociais que expressam os conflitos, porém a olho nu são invisíveis.

Trago agora o conceito que eu tenho trabalhado, o de agrohidronegócio, para tentar mostrar exatamente que existe uma vinculação muito forte entre as ações que o capital empreende nisso que nós denominamos hoje de campo e que, mais uma vez, as pesquisas estão mostrando que nós não temos mais como discutir a terra sem discutir a água (Figura 1).

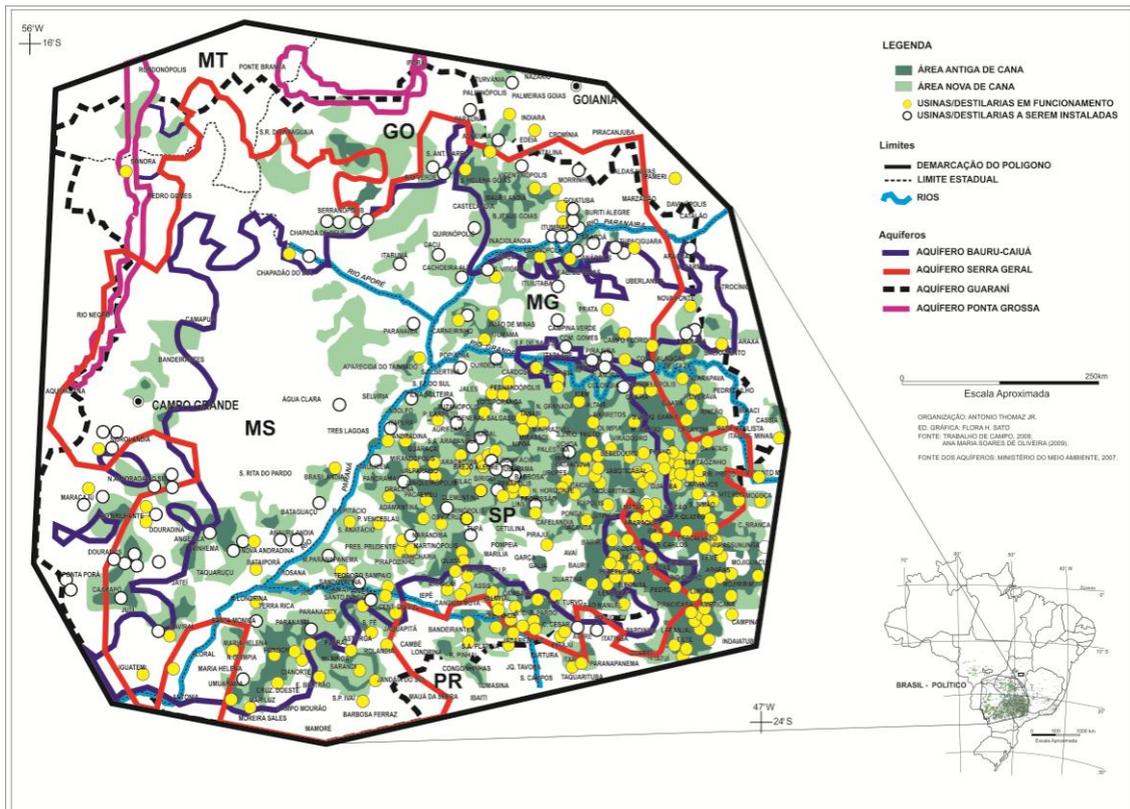


FIGURA 1 – Polígono do Agrohidroregião.

Essa demarcação conceitual é apenas para termos uma ilustração de que é possível escolher uma demarcação territorial que nos possibilite entender os mecanismos atuais de territorialização do capital, no campo. Essa, arbitrariamente definida por mim pelo agrohidroregião, tem o estado de São Paulo, praticamente inteiro, escapando apenas a porção Leste, o Leste do Mato Grosso do Sul, o Triângulo Mineiro, o Sul/Sudoeste de Goiás e o Norte do Paraná. A demarcação dos aquíferos (Guarani, Bauru-Caiuá, Serra Geral e Ponta Grossa), indicam o que pretendo defender quando entendo que ao expandir sobre as terras que lhes permite territorializar condições para materializar os investimentos na produção agrícola/agroindustrial, o capital também auferir o direito de ter acesso à água, seja superficial ou subterrânea.

Então, quando nós estamos falando com a cabeça de um geógrafo, que o capital avança no campo e que empreende um conjunto de medidas e de ações para implementar o seu projeto; essas ações não somente garantem ou coadunam com os seus objetivos quanto à reprodução, quanto à exteriorização do projeto econômico, mas juntamente com o projeto político estratégico, ou seja, é exatamente essa articulação que estamos enfatizando na nossa conceituação de agrohidroregião, por das pesquisas. Esse projeto do capital abafa e comprime os principais conflitos que estão sediados na luta pelo direito

ao acesso à terra e à água, bem como a permanência a esses bens. Assim, ao mesmo tempo em que nós podemos estudar uma forma específica de territorialização do capital, podemos estudar também os conflitos iminentes, quase sempre invisíveis, exceto nos casos em que os sujeitos subsumidos se rebelam. Isso é o que eu estou chamando de tecido, esse tecido engravidado de conflitos que nós precisamos enxergar.

É importante que nós descuidemos, desde o ponto de vista teórico, que o mundo que nós precisamos entender para enxergar os conflitos inscreve-se no sistema de metabolismo social do capital que referencia essa nefasta divisão hierárquica e social do trabalho. Não basta apenas falar de divisão técnica do trabalho, nós temos que entender, que a sociedade que está aí revela o que para muitos de nós ganha o nome de degradação/precarização do trabalho. Quais são os sintomas, com quais elementos podemos entender esse tecido? Como podemos entender e penetrar nas estranhas e nas contradições? Porque se nós conseguimos percorrer esses caminhos, com certeza vamos conseguir nos apreender os conflitos. Porque os conflitos estão vinculados diretamente a conflitos por melhores salários, por plano de carreira, perda de direitos, eliminação de direitos adquiridos, doenças ocupacionais, descumprimento de contrato e tantas outras mazelas do capitalismo manipulatório. E aí se enquadram as reformas da Constituição, as reformas trabalhistas e todo o instrumental político, estratégico, ideológico, controlado pelo Estado.

Então, vejamos, há um conjunto de assuntos, de questões, que nos indicam que não dá para focar apenas a legislação trabalhista, ou determinadas situações específicas desde o ponto de vista das normas regulamentadoras ou conhecidas como NRs. É um conjunto de assuntos que ganham lastro e implementam ataques constantes aos trabalhadores, à classe trabalhadora e que nós podemos entender. É importante lembrar que nesse processo de consolidação dos desdobramentos mais nocivos aos trabalhadores, tem-se aspectos centrais do capitalismo manipulatório.

Neste sentido, não é apenas retomar passagens, ideias ou aspectos de literatura específica do nosso tema a respeito dos conflitos apenas, mas de retomar esse instrumental para que nos possibilite uma maior compreensão do tecido social. Ao chegar aqui, posso afirmar que existe um sistema de controle que revela situações que lastreiam essa realidade do trabalho, mas nem sempre estamos muito afinados para entender as contradições que lhes são iminentes. Por ser contraditória, essa realidade ao expressar-se em conflitos, quase sempre invisíveis, mesmo para nós, que estamos nos preparando para enxergá-los. Por exemplo, nós constatamos através das nossas pesquisas diferentes situações que se fazem

presentes nisso que chamamos de mundo do trabalho e que expressa especificidades aos conflitos, sendo que a gente só consegue enxergar apenas algumas facetas. Ou seja, ao mesmo tempo em que um tipo ou relação de trabalho, ou ainda, aquela especificidade que parte da sociedade está envolvida no ato laboral cria, também subordina, e, ao mesmo tempo em que humaniza, degrada; ao mesmo tempo em que libera, escraviza. Quer dizer, não é o trabalho por si só que tem essa autonomia, mas é o trabalho encimado no conjunto de relações que fazem com que essas contradições ou essas faces dúplices se expressem e, muitas vezes, a gente não consegue enxergar essas combinações. Portanto, vou utilizar a expressão coloquial "os conflitos vazam nos vãos dos dedos", e a gente não consegue *pegar* os conflitos, não consegue enxerga-los.

E para refrescar um pouco a memória, para nós que estamos efetivamente situando as nossas ações e pesquisas tentando construir liames que não nos levem às fragmentações que estão historicamente construídas e consumadas na Geografia, por exemplo, entre a natureza e a sociedade, entre o centro e a periferia. Pela via do trabalho nós podemos efetivamente entender que é um conjunto de atos de situações que ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza ele também se transforma. É sempre importante lembrar isso. É que se a nossa preocupação é continuar apostando, a partir das nossas pesquisas, na busca constante para entender os conflitos e, a partir disso, a dinâmica contraditória do capital que é regida e lastreada pela sociedade burguesa e, que consequentemente produz territórios, então nós temos que recorrer sim ao instrumental teórico da Geografia do trabalho, praticada por nós, pois assim podemos fazer algo consolidado. Isto é, não há como fazer pesquisa e prescindir da prática da pesquisa. Sem a prática teoricamente orientada não há como entender a realidade. Porque senão vamos ficar sempre limitados, querendo achar que as teorias que aí estão já bastam ou, então, que a gente não precisa delas e, assim ficamos somente apontando as coisas, fazendo descrições. Nós temos que saber operar intelectualmente sob o referencial da praxis.

O que podemos pensar não é criar um tratado para entender e discutir os conflitos. Temos que focar o que os conflitos anunciam, com mais ou com menos evidências, rupturas etc. E nós como geógrafos – sem querer fazer fragmentações de nenhum tipo – entendemos que o território é um trunfo. Eu quero dizer para vocês o seguinte, para nós o trunfo não é somente o território, mas o território com determinadas características, condições, situações produto do processo histórico. É a partir disso que o território pode ser um trunfo. Então, os conflitos podem, efetivamente, nos ajudar a sintonizar um conjunto de situações que muitas vezes estão dispersas, deslocadas, fora do

nosso alcance de leitura, pelo menos de uma pretensa leitura que considere os vetores que direcionam importância e que empatam a partir dos conflitos. Quer dizer quando nós focamos nos conflitos e delegamos a eles importância, aí sim nós podemos reunir esse aparato teórico que já faz parte dos nossos aprendizados e, a partir das sínteses fundamentadas nas pesquisas, dar-lhes visibilidade. Gostaria de lembrar o exemplo da invisibilidade das doenças ocupacionais, ou seja, vocês não fazem ideia quanto são invisíveis as doenças laborais, sobretudo porque os trabalhadores estão sendo mutilados, desprofissionalizados, perdem emprego, são descartados e engordam as fileiras da despossessão, o que é muito mais grave do que um simples desemprego. Um cortador de cana, por exemplo, em São Paulo, com 35 anos, é considerado velho. E se ele é velho, ele está desgraçado; já se ele é novo e se acidenta está *frito e mal pago*, desamparado. As doenças são invisíveis e esse quadro de invisibilidade também tem na sua dupla ação o conflito, sendo que esses conflitos são desconhecidos por nós e também pelos sindicatos.

Vou dizer para vocês, eu estava me lembrando durante a apresentação dos meus dois colegas que me antecederam de alguns conflitos que foram, ao menos no início, absolutamente desconhecidos do grande público, que não foram protagonizados por movimentos sociais e tiveram grande importância e contundência para a luta dos trabalhadores no Brasil. Estou lembrando do Movimento de Guariba, em maio de 1984, que para quem pesquisa o campo, as relações sociais de trabalho e de produção, no rural, sabe o que eu estou dizendo, foi um movimento de grande repercussão no Brasil. Eu tive a felicidade de acompanhá-lo do começo até o fim, *in loco*, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jaboticabal estava absolutamente distante, não fazia nem ideia do que estava acontecendo e, como essa, nós temos tantas outras experiências espalhadas por aí. E o fato mais recente aconteceu em Jirau, em março de 2011 e, felizmente, nós estamos conseguindo implementar a pesquisa de doutorado de Zé Alves, o que está nos possibilitando entender o conteúdo do que estamos denominando de rebeldia dos trabalhadores de Jirau.

Estamos querendo chamar a atenção de vocês, através das pesquisas. Nós estamos tratando de um conjunto de situações que se multiplicam e que ganham denominações, as mais diferentes possíveis de imaginar no cenário acadêmico, sindical, jurídico etc. O tecido social está absolutamente inflamado com tudo isso. Assim, se o nosso desejo, insisto, é efetivamente entrarmos nas polêmicas a partir dos pressupostos que assumimos, tomando o conflito o objeto de pesquisa, nós temos que permear os processos estruturais, e dialogar com as situações que dão especificidades a esses processos mais gerais.

Obrigado pela atenção.